

# **SUSTENTABILIDADE, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL NO SÉCULO XXI**

Erika Batista, erikkabatista@gmail.com

Pós-doutoranda / Bolsista PNPd Capes / PPGCS Unesp - Campus de Marília

## **RESUMO**

Derivada do regime neoliberal e da predominância do capital financeiro nas últimas décadas, a fase atual do modelo de desenvolvimento capitalista tem aprofundando a degradação ambiental e condicionado novas relações entre ecologia, sociedade e desenvolvimento. Acordos internacionais continuam a ser firmados em nome da perspectiva do desenvolvimento sustentável na tentativa de articular produção e tecnologia para o crescimento econômico deste mesmo modelo, adaptando-o dentro de certos limites de proteção ambiental e sustentabilidade. O objetivo geral desta discussão é relacionar esta tentativa com um novo movimento de reestruturação produtiva que parece mover-se pelos parâmetros de uma teoria organizacional da sustentabilidade. Em termos específicos, apresentar este modelo como um conjunto abrangente de princípios articulados na direção de novos campos de valorização, sobretudo com a mercantilização da natureza e novas formas de exploração do trabalho no século XXI para a manutenção e aperfeiçoamento do modelo desenvolvimento capitalista. Analisando-se tal conjunto, as dificuldades políticas e comerciais tornam-se evidentes, dadas as contradições econômicas e os limites orgânicos de uma perspectiva que revela-se (in)sustentável.

**Palavras-chave:** teoria da sustentabilidade; reestruturação produtiva; desenvolvimento sustentável.

## **1. Introdução**

Este artigo apresenta um breve recorte do cenário em que figura a produção da teoria da sustentabilidade, diretamente relacionada às tendências econômicas e políticas da atual fase da sociabilidade capitalista. A configuração do neoliberalismo neste contexto ocorre como parte integrante desta lógica, de acordo com os projetos políticos da classe burguesa e da pressão exercida pelas lutas populares.

Tal processo de reprodução do capital não acontece sem as crises sistêmicas provocadas pela natureza anárquica e paradoxal típicas do seu metabolismo, embora estes momentos de crise venham sendo administrados pelos gestores do capital a partir das reestruturações produtivas que acompanham este processo. Os modelos organizacionais de gerenciamento produtivo e da força de trabalho reverberam as condições desta reprodução e delineiam os aspectos do controle social necessário para a exploração de todos os potenciais da força de trabalho e da natureza para sua manutenção.

As teorias organizacionais produzidas ao longo do século XX representam a articulação entre as formas de exploração do capital e as formas sociais de controle. Para a reprodução da sociabilidade capitalista é necessário o comprometimento singular do trabalhador com a atividade que produz a riqueza material, a combinação da obediência típica dos modelos tayloristas e fordistas com a iniciativa que caracteriza os modelos gerenciais de tradição toyotista, ou ainda, de uma teoria que integre regras e padrões de produção com limites flexíveis para a exploração das relações humanas, no trabalho e para além dele.

A sociabilidade contemporânea desenhada por esta lógica depara-se com a necessidade de articular cada vez mais esta “obediência com iniciativa” à formação de uma consciência sobre os limites naturais e orgânicos de sua reprodução para a continuidade do processo de acumulação. A teoria da sustentabilidade representa a teoria ou modelo organizacional que marca o século XXI, como uma nova tentativa de reestruturação produtiva do capital em busca de novas fontes de acumulação para garantir sua conservação, traduzindo-se como mais uma das formas de ideologia capitalista, na qual o gerenciamento das contradições do capital e o apaziguamento da luta de classes se fazem necessários para a reformulação e extensão dos limites da base material-orgânica que suporta a reprodução deste modo de sociabilidade.

Edificado sobre três pilares fundamentais articulados entre si – o desenvolvimento sustentável (DS), a governança corporativa (GC) e a responsabilidade social empresarial (RSE) – este modelo organizacional não prevê a superação da ordem social capitalista, ao contrário de sua propaganda. A articulação de seus pilares ocorre para a preservação desta forma de sociabilidade de forma supostamente superior, em que a hegemonia da classe dominante é considerada vital para a condução do processo cuja função social é “reformular” a sociabilidade capitalista.

O objetivo geral desta discussão é relacionar esta teoria ou modelo com um novo movimento de reestruturação produtiva para o desenvolvimento da sociabilidade capitalista a partir dos parâmetros de seu primeiro pilar, o desenvolvimento sustentável. Em termos específicos, apresentar este modelo como um conjunto abrangente de princípios articulados na direção de novos campos de valorização, sobretudo com a mercantilização da natureza e novas formas de exploração do trabalho no século XXI. Admitindo-se que os movimentos de reestruturação produtiva do capital se estendem para além dos espaços de trabalho é

importante ressaltar o caráter social das formas ideológicas que acompanham estes movimentos, sobretudo quando carregam a "aura" do politicamente correto e sustentável.

## **2. A teoria organizacional da sustentabilidade como reestruturação produtiva**

Os períodos de reestruturação produtiva que marcaram o século XX caracterizaram-se pelas técnicas de gerenciamento do trabalho que utilizaram a racionalidade burocrática moderna como mecanismo de afirmação universal para um processo de racionalização específico, o capitalista. A viabilização tecnológica, política e ideológica de modelos como fordismo, taylorismo e toyotismo desencadeou um complexo de inovações organizacionais que reverberaram dialeticamente nas relações sociais, sofisticando determinadas tradições organizacionais no interior da Teoria Geral da Administração (TGA).

A Escola Clássica (EC) e a Escola de Relações Humanas (ERH) representam tradições diferentes, mas evoluíram em continuidade com a base material dos períodos históricos aos quais corresponderam. Os fundadores da EC foram Frederick Taylor nos EUA e Henry Fayol na França, sendo o principal ponto de continuidade entre eles a imposição de uma racionalidade pragmático-produtiva de caráter cientificista, reconhecida pela “administração científica” como uma “racionalização científica do trabalho”<sup>1</sup>. Concomitantemente, a indústria automobilística de Henry Ford sistematizava o trabalho mecanizado via esteira de montagem e customizava a produção de carros em série.

Após a Segunda Guerra Mundial a composição dos métodos desenvolvidos por Taylor, Fayol e Ford foi capaz de abastecer o consumo em massa que caracterizou o chamado Período Glorioso até a crise da década de 1970. Contudo, pesquisas como as de Friedmann (1972) já apontavam na direção de um processo de reestruturação produtiva desde a década de 1950, bem como a tendência de um modelo híbrido de gestão do trabalho. Mesmo porque no final da década de 1920 a Escola de Relações Humanas já começava a aparecer no cenário da

---

<sup>1</sup> Para aprofundar a leitura dos respectivos autores que formularam os métodos de gestão do trabalho taylorista-fordista recomenda-se consultar Taylor (1990), Ford (1967) e Fayol (1965). Para mais informações sobre o processo de constituição de tais modelos organizacionais em relação às variáveis econômicas e políticas do período, consultar a Parte I de “*A fantástica fábrica de dinheiro na trilha do empowerment: o discurso gerencial do Banco do Brasil*” de Batista (2007) e outros trabalhos da autora.

organização “científica” do trabalho trazendo um novo enfoque para a racionalização do trabalho, o do “lado humano” da empresa<sup>2</sup>.

As teses da ERH fundiram-se com as da Escola Clássica formando um modelo híbrido de gestão do trabalho na segunda metade do século XX, ao lado das técnicas japonesas desenvolvidas nas empresas Toyota. Os trabalhos parcelados continuaram coexistindo com os de caráter multifuncional e pluriespecializado e a inovação se deu em aplicar as *formas de controle social* já utilizadas pelo capital nos métodos anteriores sobre o trabalho em suas diferentes naturezas, o que ressaltou a continuidade dos três métodos de organização ao invés de uma ruptura, demonstrando que tais formas extrapolam o espaço de trabalho propriamente dito para assumirem *formas sociais de controle*.

Durante a década de 1990 autores norte-americanos resgataram os pressupostos da ERH conectando-os aos do toyotismo e deram mais um passo na direção do controle social sobre a força de trabalho com ênfase na produção de uma subjetividade domesticada e pró-ativa. A teoria organizacional do *empowerment* teve por objetivo revigorar a TGA diante dos desafios do século XXI utilizando um conjunto de neologismos e supondo criar uma nova administração dos recursos humanos e da produção para, além de “humanizar” as relações de trabalho, “empoderar” os trabalhadores para exercerem sua autonomia na tomada de decisões a serviço do capital<sup>3</sup>.

A partir da composição de padrões produtivos como o fordismo, o taylorismo e o toyotismo formou-se um modelo híbrido de gerenciamento, que nas últimas décadas vem dando origem a novos discursos organizacionais como o da “escola” da sustentabilidade. Esta proposta opera com a mesma racionalidade instrumental típica do modo de sociabilidade capitalista: a racionalidade mercantil do valor de troca que, para manter sob controle todas as forças produtivas necessárias à sua reprodução, elabora modelos de gestão da força de

---

<sup>2</sup> Mary Parker Follet e o psicólogo industrial George Elton Mayo desenvolveram pesquisas empíricas em contraposição aos pressupostos da Escola de Administração Científica já na década de 1920, muito embora as teses da Escola de Relações Humanas tenham obtido ampla divulgação apenas a partir de meados dos anos 1930. A mais reconhecida das pesquisas elaboradas pela Escola de Relações Humanas foi o chamado “Inquérito Hawthorne” na indústria Western Electric, cuja tese afirmava a existência de grupos informais inter-relacionados e chamava atenção para os incentivos psicossociais no lugar dos econômicos. Para aprofundar o estudo consultar Mayo (1945).

<sup>3</sup> O exame crítico da teoria organizacional do *empowerment* foi realizado por Batista (2007), op. cit. Nesta pesquisa, a análise deste modelo foi realizada no universo do trabalho bancário, particularmente junto ao Banco do Brasil e ressaltando o período de 1995-2005, em que a organização promoveu uma série de reestruturações organizacionais das quais a adoção da gestão pelo *empowerment* fez parte.

trabalho e dos recursos naturais, reorganizando-os em função da manutenção do fluxo de capital predominante durante os ciclos de acumulação de cada momento histórico.

No âmbito das condições de esgotamento do meio-ambiente, o modelo da sustentabilidade vem sendo forjado desde a década de 1970 quando a proposta do desenvolvimento sustentável foi apresentada pela primeira vez de forma global. A partir de evidências científicas de que as fontes naturais de “desenvolvimento” seriam profundamente reduzidas se os seus limites não fossem considerados pelo “modelo de crescimento” em questão, as propostas de DS delinearam os primeiros contornos do que compõe a teoria da sustentabilidade hoje no bojo do chamado “capitalismo verde”.

Com a predominância da financeirização das economias a partir do final da década de 1970, também foi posto em xeque o modelo de administração das principais corporações. Foi preciso a criação de “regras” institucionais e legislações, nacionais e internacionais, para criar a ilusão do controle sobre as organizações empresariais e garantir a fachada de credibilidade social para que os esquemas corporativos de apropriação privada da riqueza social e supervalorização do capital tivessem continuidade, daí a necessidade de “moralizar” o mercado de ações a partir de uma política para o mercado financeiro adaptável à governança corporativa.

O terceiro pilar que constitui esta teoria organizacional compreende a responsabilidade social empresarial e integra as “boas práticas” de governança corporativa e desenvolvimento sustentável. Um conjunto de estratégias, projetos e ações empreendido pelas organizações empresariais “responsáveis” socialmente visa fortalecer uma espécie de “tipo ideal” da sociedade civil dominante e restabelecer vínculos de cidadania coniventes ao exercício desta forma de articulação social, administrando o que tem sido chamado de “capitalismo humanizado”<sup>4</sup>.

Como mais uma ideologia organizacional, no sentido atribuído por Tragtemberg (1980) e Lukács (1981), a teoria da sustentabilidade encontra-se na esteira de montagem dos modelos produtivos do século XX. De acordo com Batista (2007; 2013), a partir da composição de modelos organizacionais como o fordismo, taylorismo e toyotismo, formou-se um modelo híbrido de gerenciamento de recursos e força de trabalho, que por sua vez tem

---

<sup>4</sup> Para aprofundar a teoria da sustentabilidade como um todo, bem como seus pilares constituintes, consultar a tese “A insustentável teoria da sustentabilidade. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social no Brasil” de Batista (2013).

sido aperfeiçoado pela Teoria Geral da Administração (TGA) nas últimas décadas e dado origem a novos discursos organizacionais.

### **3. A perspectiva sustentável como modelo de desenvolvimento capitalista**

No âmbito das condições de esgotamento do meio-ambiente, o discurso da sustentabilidade vem sendo forjado desde a década de 1960-70 quando a proposta do desenvolvimento sustentável foi apresentada de forma global. A partir de evidências científicas de que as fontes naturais de desenvolvimento estariam em esgotamento, as propostas de DS delinearão os primeiros contornos do que compõe a teoria da sustentabilidade. Como afirma Martins (2004, p. 4), "da constatação de que o desenvolvimento econômico estava em rota de colisão à preservação ambiental emerge a necessidade do estabelecimento de novas formas de desenvolvimento".

A teoria organizacional da sustentabilidade teve início com a "Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano" realizada em Estocolmo em 1972 e os movimentos ambientalistas desta década, especificamente com o debate sobre o desenvolvimento sustentável. O termo propriamente dito ganhou definição formal quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) assinou o que ficou conhecido como "Relatório Brundtland" em 1987, que de acordo com a United Nations (1987) estabeleceu: "(...) o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades", integrando o conceito à agenda política das nações.

O documento "Nosso Futuro Comum" elaborado pela Comissão chefiada pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland em parceria com o sudanês Mansour Khalid em 1987, compreendeu o conjunto de ações sobre desenvolvimento e meio ambiente debatidos pela Assembleia Geral da ONU desde a Conferência de Estocolmo em 1972 e avançava em comparação com a publicação do relatório "Os limites do crescimento" pelo chamado Clube de Roma<sup>5</sup>. Tal relatório defendia uma proposta de crescimento zero em virtude da expansão industrial e explosão demográfica que acarretaria uma crise ecológica de grandes proporções nos próximos 100 anos.

---

<sup>5</sup> O Clube de Roma é uma associação de "celebridades" acadêmicas, políticas e empresariais fundado em 1968 para discutir política e economia internacional, como pode ser observado em Club of Rome (2011). Para aprofundamento do Relatório Brundtland acessar o documento na íntegra em United Nations (1987).

Porém, o relatório abordava ainda de forma bastante tímida a participação dos países centrais nesta proposta, sugerindo que os países periféricos deveriam responsabilizar-se pela "sua" crise ecológica. O relatório "Nosso futuro comum" avançou formalmente nesta visão, intensificando a discussão do modelo de crescimento mais adequado à meta do desenvolvimento sustentável e, de certa forma, relacionou as questões ambientais às questões sociais, indicando que a solução deveria ser compartilhada tanto pelos governos dos países centrais como periféricos à estrutura do capitalismo.

Embora a formalização do movimento em torno do desenvolvimento sustentável pela ONU tenha sido responsável pelo “nascimento” do projeto da sustentabilidade, foi a partir de autores como John Elkington no final dos anos 1990 que este projeto ascendeu como uma teoria organizacional na área da administração de empresas, quando o movimento pela sustentabilidade ganhou repercussão e militantes corporativos, acadêmicos e políticos. O núcleo da teoria concentra-se na expressão cunhada pelo autor (2001) *triple bottom line – people, planet and profit* - e articula a os pólos social, ambiental e econômico para uma gestão empresarial considerada responsável e sustentável.

Elkington (2001, p. 20) parte da premissa de que sustentabilidade é “a busca pelo equilíbrio entre o pilar econômico, social e ambiental”, de modo que este modelo organizacional refuta os modelos que abrangem somente questões financeiras e econômicas. Pelo contrário, o modelo defendido pelo autor enfatiza que os benefícios e prejuízos, tanto sociais como ambientais gerados pelo negócio são responsabilidade da organização e desta forma devem ser gerenciados com estratégia para obter sustentabilidade em longo prazo, ou seja – permanecer rentável ao longo do tempo sem comprometer os recursos ambientais e sociais utilizados para isso.

A "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992" – chamada também de Cúpula da Terra ou Eco-92 – ocorrida no Rio de Janeiro consolidou o encaminhamento das iniciativas do Relatório de 1987 em um programa de 21 princípios para a proteção ambiental, social e econômica das nações conhecido como “Agenda 21”. Foram signatários do “Relatório Agenda 21 Global” mais de 170 países, cujo compromisso era o de iniciar os trabalhos que dariam origem ao documento intitulado “Carta da Terra” em 2000. A Carta foi idealizada pela mesma Comissão da ONU em 1987, que

redigiu o Relatório com o propósito de ser um código de ética global para uma existência sustentável e em harmonia com a natureza<sup>6</sup>.

A Conferência Mundial de Johannesburgo ocorrida em 2002 reafirmou a importância das agendas e os países signatários mantiveram o compromisso da busca pela sustentabilidade econômica, ambiental e sociopolítica, compromisso este que foi renovado no mesmo plano formal durante a Conferência Mundial de 2012 no Rio de Janeiro – a “Rio + 20” – da qual participaram cerca de 193 países membros da ONU. Como um dos representantes do ecossocialismo, Löwy (2012) criticou duramente a “Rio+20” ao abordar o caráter abstrato e ideológico da Conferência, recuperando a reunião do Rio em 1992 para demonstrar como não houve mudança concreta em nenhum dos aspectos da sustentabilidade proposta pelo próprio encontro<sup>7</sup>.

A discussão teórica em torno da disponibilidade dos recursos naturais disponíveis para exploração pelo modo de produção capitalista não é nova. Autores como Foladori (2001), Foster (2011), Hannigan (2006) e Alier (2007), dentre outros, desenvolveram trabalhos a partir de perspectivas teóricas diferentes, e por vezes conflitantes, que recuperam de alguma forma a relação entre desenvolvimento e ecologia a partir da economia política clássica até a chamada economia ecológica, demonstrando como o problema do desenvolvimento era uma questão central da economia política clássica e como esta problemática foi perdendo conexão com a dinâmica do modelo de desenvolvimento econômico capitalista na medida em que a economia neoclássica retoma o controle das determinações do processo produtivo.

Na verdade, tanto Corsi (2011b) como Martins (2004) reforçam a tese de autores como Foladori (2001) de que a problemática ambiental ascende no debate econômico neoclássico somente quando o modelo de industrialização começa a dar sinais de estagnação e

---

<sup>6</sup> No entanto, os trabalhos que originaram o documento foram iniciados somente durante a Eco-92, quando um grupo denominado de Comissão da Carta da Terra foi formado com este intuito, finalizando o documento apenas em 2000. O texto estabelece 16 princípios articulados aos da Agenda 21 e distribuídos em quatro temas: respeitar e cuidar da comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não violência e paz. Para consultar o documento na íntegra acessar o *website* do Ministério do Meio Ambiente disponível em <[www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/carta\\_terra.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc)>.

<sup>7</sup> O autor até admite uma “mudança positiva” na direção da tomada de consciência da crise ecológica por atores sociais importantes, mas que em contrapartida estaria sendo manipulada pelo discurso da “economia verde”. Tal contradição já era apontada pelo ambientalista Fábio Feldman na ocasião da “Rio + 10”, quando afirmou que “desde a Rio 92 a consciência ambiental aumentou, mas nem por isso a degradação ambiental diminuiu” (apud ACCIOLY, 2012, p. 1).



as taxas de acumulação de capital pautada na esfera produtiva entram em decadência. Este encaminhamento é compartilhado e aprofundado por autores como Chesnais e Serfati (2003) quando retomam os fundamentos das relações sociais capitalistas para demonstrar como a degradação ambiental está intimamente relacionada com a liberalização e desregulamentação financeiras que caracterizam o padrão dominante de desenvolvimento capitalista.

Em todas as rupturas provocadas pelas reestruturações produtivas sempre houve o esgotamento de recursos naturais e sociais, que habilmente tem sido estendido com as descobertas de novas fontes de energia, inovações tecnológicas e ajustes nos modelos de gerenciamento da força de trabalho, conforme a esteira de montagem das ideologias organizacionais tratada por Batista (2013). O ponto de continuidade entre estes momentos de reestruturação está na busca constante pelo controle das forças sociais, que passa a adquirir importância fundamental diante do cenário de ineficiência de recursos naturais e condições ambientais para a sustentabilidade do próprio modo de produção capitalista.

No entanto, é preciso cautela com a tese da "segunda contradição" de O'Connor (1991) de que a crise ecológica poderia ocasionar prejuízos graves, abalando a lógica de funcionamento do sistema até a destruição deste modo de produção. Chesnais e Serfati (2003, p. 5) contra-argumentam esta tese ao afirmarem que "na esfera do ambiente natural, o capital representa uma barreira, ou mais exatamente uma ameaça premente *para a humanidade*, e, no imediato, para certas parcelas específicas dessa, *mas não para o capital em si* (grifos dos autores)".

No plano econômico, este argumento desemboca na tese de que existe uma "reestruturação produtiva sustentável" em curso para garantir sustentabilidade de valorização para a acumulação capitalista em busca de novas fontes de exploração que possam substituir os recursos naturais em esgotamento - e neste aspecto há uma relativa aproximação com a tese de alguns economistas ambientais que advogam a favor de métodos de substituição destes recursos a partir de inovações científicas e tecnológicas<sup>8</sup> - mas, *sobretudo, satisfaça as exigências da valorização concentrada na esfera financeira do fluxo de capital e demandada pelos investidores institucionais e pelo mercado de ações* (grifos nossos).

---

<sup>8</sup> Corsi (2011b, p. 81-83) indica apontamentos críticos a este aspecto, destacando as inconsistências destes métodos no tratamento das chamadas externalidades negativas referentes às falhas das leis de mercado para sanar o problema da escassez de certos recursos naturais.

Com relação ao plano político, a tendência do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista parece resolver o problema do esgotamento das fontes, transferindo os prejuízos da degradação ambiental para os países periféricos que contam com nenhuma ou uma fraca regulamentação ambiental, como é o caso da África. Dados empíricos produzidos pela pesquisa de Batista (2013) exemplificam este aspecto quando apresenta um dos projetos de desenvolvimento sustentável da Vale empreendido no Malawi e Moçambique - o "Corredor Nacala"<sup>9</sup>.

No plano teórico, a crise ecológica passa a ser incorporada pela economia ambiental pelos pressupostos neoclássicos, deslocando seus fundamentos da dinâmica da totalidade social que compõe este modo de produção para aspectos estáticos e circunscritos a fluxos energéticos e de administração de resíduos, que é o grande campo de concentração das pesquisas e debates produzidos pela economia ecológica – também conhecida como eco-eco, desde a organização da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE) em 1988.

Sob a liderança de economistas como Herman Daly (1991), responsável pelo conceito de *crescimento deseconômico*, os eco-eco questionam as vicissitudes do crescimento econômico a partir da observação da queda do nível de bem-estar humano em razão ao aumento do PIB de uma nação<sup>10</sup>. Outro trabalho clássico no interior desta corrente é “Plano B” de Lester Brown (2006), que também propõe certa estagnação do crescimento em nome do desenvolvimento sustentável a partir do foco nas mudanças climáticas ocasionadas pelo modelo de desenvolvimento dito “produtivista” e o esgotamento dos recursos naturais decorrentes deste modelo.

Esta corrente parece ser a que mais encontra ressonância nos projetos políticos das frações da classe empresarial que estão engajadas no projeto da sustentabilidade. Temas como o controle sobre a emissão de gases poluentes, fontes renováveis de energia e o tratamento de

---

<sup>9</sup> Trata-se de um projeto que prevê resolver uma demanda originada no processo de escoamento de carvão da mina de Moatize – localizada no litoral sudoeste de Moçambique – via linha férrea, até a cidade de Nacala no norte do país e atravessando o Malawi. O “Corredor” compreende não só restabelecer antigas ferrovias como a construção de um novo trecho que cruzará o Malawi em 137 quilômetros, entre as regiões de Chikwawa e Nkaya Junction, como uma extensão do “Corredor de Nacala”, segundo o projeto da Vale (2012a). A construção do Porto de Nacala se apresenta como uma saída ao que hoje representa um problema logístico para o escoamento de carvão produzido em Moatize, cuja infra-estrutura é considerada o melhor porto de águas profundas da África Oriental, permitindo que atraquem navios de qualquer dimensão. O valor total do Projeto está estimado em R\$ 3 bilhões e para a instalação do complexo mineiro em Moatize/ Moçambique foi necessário retirar os moradores da região, o que ocorreu através de um amplo projeto de “reassentamento” - diga-se remoção - proposto pela Mineradora ao governo local e que envolveu 980 famílias de áreas urbanas e rurais, de acordo com as informações da Vale (2012b).

<sup>10</sup> O economista norte-americano foi o economista chefe do departamento ambiental do Banco Mundial durante seis anos e foi nomeado logo após a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum pela ONU.

resíduos são alguns dos objetos contemplados pelas pesquisas e propostas que são financiadas pelas agências de fomento e patrocinadas por fundações e empresas comprometidas com a tese de que é possível reformar e humanizar o capitalismo.

No Brasil, os intelectuais orgânicos da corrente eco-eco estão reunidos em torno de uma rede que funciona como o braço brasileiro do ISEE – a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (SBEE). Com sede em Brasília e criada após as discussões da Conferência Mundial de 1992 no Rio de Janeiro, a SBEE conta com nomes como os de Peter Herman May (2010), José Eli da Veiga (2009), Ademar Ribeiro Romeiro (2001), dentre outros. Apesar da produção de pesquisas relevantes que podem viabilizar reformas importantes no interior da lógica de funcionamento da sociabilidade capitalista e necessárias para estabelecer novos parâmetros da relação homem-sociedade-natureza, não há questionamento desta lógica em seus fundamentos.

Por outro lado, considerando-se a importância de restabelecer a relação entre os fundamentos da crise ecológica e o capitalismo para o futuro da humanidade, a problemática ambiental parece ocupar um lugar secundário na corrente da economia política de tradição marxista. Atualmente, Michael Löwy (2005), François Chesnais (2003; 2006, 2007), Claude Serfati (2003), John Foster (2011) e István Mészáros (2011) são alguns dos intelectuais de maior repercussão que se preocupam em reconduzir o tema da crise ambiental ao da crise da sociabilidade capitalista, propondo formas de transição que recuperam a relação do homem com a natureza a partir dos parâmetros que esta tradição oferece para a reflexão e ação contemporâneas.

Contudo, os partidos políticos que representam esta tradição hoje no Brasil – como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), dentre outros – não parecem muito interessados em recuperar o atraso teórico e político da relação entre ecologia e desenvolvimento humano ainda<sup>11</sup>. A espinha dorsal dos respectivos programas continua situada na exposição das características do funcionamento do modo de produção com as clássicas críticas centradas na cooptação e formação de uma vanguarda revolucionária.

---

<sup>11</sup> Foram consultados os programas políticos destes partidos em seus respectivos sites oficiais e somente o do PSOL conta com uma abordagem, ainda que superficial, sobre a questão ecológica. O ponto 13 “Pela preservação do meio ambiente”, que integra a Parte III do Programa em PSOL (2012), assume que precisa desenvolver uma plataforma de preservação ambiental compatível com uma transição socialista e chama a atenção para a importância da ecologia, como questão fundamental na reorganização dos trabalhadores internacionalmente. Já os programas do PCB e PSTU não fazem menção alguma à necessidade desta reflexão, mesmo quando abordam a questão da reforma agrária.

Enquanto isso, os setores dominantes engajados no modelo da sustentabilidade parecem bastante articulados econômica e politicamente em torno de aparelhos de reprodução ideológica como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, mantendo heterogêneas e dinâmicas conexões com partidos políticos e governos. Sobre o pilar da responsabilidade social, é possível afirmar conforme Batista (2013) que estas conexões compreenderam (e em alguns casos, ainda compreendem) influências e acordos com orgânicos representantes do PT, PSDB e PV, principalmente no que se refere à formulação de políticas públicas nestes governos coerentes aos objetivos do 'mercado sustentável' viabilizado pelos mecanismos do chamado terceiro setor<sup>12</sup>.

Resta saber se estas conexões estendem-se ao pilar do desenvolvimento sustentável, bem como o peso das influências econômicas, políticas e ideológicas que tal setor mantém nesta direção. A princípio, tais conexões parecem permanecer, sobretudo com relação ao modelo de sustentabilidade em geral. No mesmo trabalho, foi possível identificar setores e agentes diversificados ligados tanto à fração neoliberal ortodoxa quanto reunidos em torno do empresariado comprometido com o neoliberalismo de face "social". Grupos como Itaú-Unibanco, Grupo Novartis, Vale, Petrobras, InBev, Pão de Açúcar, Sadia e CPFL são alguns que representam a composição heterogênea do grupo engajado no modelo de desenvolvimento sustentável.

Um dos projetos em que esta associação está presente é referente ao chamado "mercado do carbono", em ascensão desde o Protocolo de Quioto em 1997<sup>13</sup>. Araripe (2009, p. 43) aponta este crescimento ao afirmar que no panorama mundial o mercado passou de US\$1 bilhão em 2004 para US\$116 bilhões em 2008, indicando que o mesmo ainda pode atingir a casa dos US\$3 trilhões até 2020. As políticas de controle dos gases poluentes fazem parte de um conjunto de projetos denominado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em que os créditos de carbono respondem por uma parte do mercado global.

---

<sup>12</sup> O detalhamento destas conexões foi objeto do trabalho apresentado por Batista (2013b) no V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina ocorrido em Londrina/ PR. Para o aprofundamento da abordagem consultar também a tese já citada.

<sup>13</sup> Durante a terceira Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática realizada em Quioto, no Japão – considerada complementar à Conferência do Meio-ambiente realizada em 1992 no Rio de Janeiro – cerca de 160 países criaram um conjunto de itens reguladores para a redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE) em decorrência das avaliações científicas sobre o fenômeno conhecido por aquecimento global. Entretanto, o acordo firmado pelo Protocolo previa entrar em vigor a partir de 2005, mas China, Índia e EUA, os maiores emissores de GEE do mundo, descumpriram o acordo de reduzir de 2008 a 2012 os 5,2% em relação aos níveis de 1990. Cada país tem uma meta de redução específica e de acordo com o seu nível de emissão, porém, a meta dos maiores poluidores com CO<sup>2</sup> do mundo está suspensa, já que estes países “prometeram assinar um novo acordo que entre em vigor após 2020, depois que suas metas voluntárias de redução de emissões expirarem”, segundo o Instituto Carbono Brasil.

Segundo a pesquisa, o Brasil ocupava o 3º lugar no ranking mundial de 2009, representando aproximadamente 8% dos projetos de crédito de carbono, dos mais de 4.350 projetos de MDL no mundo. Mesmo com a tendência de crescimento deste mercado, os gestores da sustentabilidade apontam a burocracia como a grande vilã para a aprovação de projetos de redução de gases bem como a ineficiência de uma matriz energética limpa, comprometendo a competitividade dos projetos brasileiros em tempos de mudanças climáticas. Este apontamento embasa o argumento de que existe a ligação dos setores interessados nestas políticas com o financiamento das pesquisas conduzidas pelos adeptos da economia ecológica<sup>14</sup>.

Concretamente, a dinâmica do mercado de carbono diz respeito à criação de um equivalente monetário para regular as emissões de CO<sup>2</sup> a partir de relações de compra e venda. Como as metas estipuladas pelo Protocolo de Quioto tornaram-se “voluntárias”, cada país regula internamente a emissão de GEE pelas empresas que mais liberam dióxido de enxofre e monóxido de carbono (entre outros gases poluentes) na atmosfera e cada crédito autoriza a emissão de um *quantum* do gás, que geralmente equivale a uma tonelada por crédito. Trata-se da comercialização do direito de poluir por meio da negociação dos créditos – os certificados para a emissão do CO<sup>2</sup> – pelas bolsas de valores de diversos países<sup>15</sup>.

Outra conexão é apontada pela pesquisa de Accioly (2012 p. 2-3), que relaciona as empresas financiadoras das campanhas dos parlamentares eleitos para a mesa diretora da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e do Senado em 2010 e 2011 para sustentar a tese de que existem monopólios de representação política no Congresso Nacional, na medida em que as posições dos parlamentares alinham-se aos acordos firmados com as empresas patrocinadoras das campanhas. As principais doadoras para a comissão vinculada à Câmara concentram-se nos setores da agropecuária, construção civil, engenharia, usinas açucareiras, fertilizantes e mineração, dentre outros, enquanto as do Senado localizam-se nos setores do petróleo, engenharia, construtoras, bebidas, indústria química e farmacêutica, além de outras.

---

<sup>14</sup> Para maior conhecimento desta relação, pesquisar o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), referência para pesquisas acadêmicas e de mercado na perspectiva pró-sustentabilidade, e o Laboratório de Sustentabilidade em Tecnologia de Informação e Comunicação (LaSSu) inaugurado em 2010 e abrigado no Departamento de Engenharia, Computação e Sistemas Digitais Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP).

<sup>15</sup> Segundo o Instituto Carbono Brasil, os créditos de carbono podem ser negociados atualmente nas seguintes bolsas de valores: Bolsa do Clima de Chicago, Bolsa do Clima Europeia, Bolsa Nord Poll da Noruega, Bolsa de Energia da Áustria, Bolsa de Mercadorias e Fundos (leilões), New Values/ Climex da Alemanha, Vertis Environmental Finance de Budapeste, Bluenext de Paris, Multi-Commodity Exchange da Índia.

Esta conexão parece fazer bastante sentido quando observamos a retrospectiva dos acontecimentos que culminaram na aprovação da versão do Novo Código Florestal Brasileiro, que favorece os interesses de grupos comprometidos com o agronegócio em detrimento das questões levantadas pelos setores e movimentos articulados em torno de propostas ambientalistas em 2012. Outro episódio é o da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará, que de acordo com relatório elaborado pelo próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) provocará diversos impactos socioeconômicos na região atendida pelo Rio Xingu. Os principais grupos interessados na construção da nova hidrelétrica estão no setor da construção e engenharia, como as empresas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Leme Engenharia (IBAMA, 2013).

A pesquisa de Accioly (2012, p. 4) também chama a atenção para as empresas do chamado "agronegócio ampliado", salientando a característica de que hoje esta atividade produtiva não está restrita aos proprietários rurais, e sim a um complexo sistema externo à agricultura que engloba setores de transporte, geração de energia, logística, crédito rural, pesquisa e desenvolvimento subordinada aos interesses do capital industrial e financeiro. Tais dados corroboram com o argumento de Chesnais e Serfati (2003, p. 14) de que "é no mundo rural e pela penetração das relações de produção capitalistas na agricultura e pecuária que é preciso começar", uma vez que seria nesta esfera que o capital financeiro tende a prosseguir de forma mais acelerada "na busca simultânea de lucro e de forças renovadas de dominação social".

De toda forma, estas conexões precisam ser aprofundadas na direção da tese suposta para que seus elementos econômicos, políticos e ideológicos possam ser decompostos e demonstrados no bojo do atual modelo de desenvolvimento que parece estar em curso no Brasil, o do neodesenvolvimentismo. Ainda que esta definição seja polêmica - alguns economistas vem enfatizando o processo de desindustrialização brasileiro, como Cano (2012) e Gonçalves (2011), enquanto outros defendem o que preferem qualificar como novo desenvolvimentismo, como Bresser-Pereira (2010; 2011) e Cepêda (2012) - a tese do neodesenvolvimentismo sugere um novo ciclo desenvolvimentista no interior do modelo neoliberal, conforme argumenta Boito (2012).

Considerando-se as análises de Mantega (1894) e Bielchowsky (2004) de que os ciclos desenvolvimentistas do período de 1930-1970 foram formas de industrialização conservadora promovidas com a intervenção do Estado em associação com as elites

dominantes nas cenas políticas - guardadas as devidas especificidades destes ciclos e das argumentações dos autores - o estudo das bases e do ritmo da atividade econômica industrial atuais merece ser realizado para descobrir até que ponto se pode afirmar que há uma nova estratégia de desenvolvimento e em que sentido ela se traduz num terceiro projeto, situado entre o velho desenvolvimentismo e a ortodoxia neoliberal como argumentam Bresser-Pereira e Cepêda.

Os apontamentos de Boito (2012, p. 6) indicam que sim, porém que tal projeto não se opõe aos fundamentos neoliberais. As políticas econômicas e sociais propostas pelos governos do PT de Lula e Dilma tentam evitar os efeitos desindustrializantes do modelo neoliberal sem romper com ele, ainda que a indústria não ocupe o mesmo lugar que tinha à época do velho desenvolvimentismo. O autor enumera uma série de medidas no âmbito dos juros, câmbio e impostos que parecem sustentar a tese de estudos como o de Accioly (2012), de que há uma composição nesta frente em que o setor agroexportador possui grande influência. Outro elemento que permite a caracterização neodesenvolvimentista é a existência de uma política social concentrada na transferência e distribuição de renda, ainda que insuficiente e paliativa, praticada pelos governos assinalados.

No atual momento histórico, em que o esgotamento das condições de sobrevivência da humanidade está em processo acelerado, a necessidade de um modelo organizacional que proponha um conjunto de estratégias, técnicas e ações de controle coordenadas objetiva e subjetivamente para a preservação do modo de sociabilidade capitalista é uma necessidade para a sustentabilidade do modo de produção capitalista. A teoria da sustentabilidade penetra de forma concreta nos mais variados aspectos da vida social por meio da operacionalização de seus três pilares nas práticas cotidianas de trabalho, reverberando nos demais espaços de socialização e constituindo-se em uma ideologia no sentido ontológico atribuído por Lukács (1966; 1981).

As formulações organizacionais da sustentabilidade tem a dupla função de convencer as classes sociais de sua viabilidade para a manutenção de um suposto bem comum da humanidade, ao mesmo tempo em que regula os conflitos sociais segundo os imperativos de dominação da classe burguesa. A formação do consenso em torno das virtudes da teoria da sustentabilidade tem relação direta com a esfera material de reprodução das condições de dominação burguesa posta pela forma de sociabilidade capitalista, revelando-se uma

importante ferramenta ideológica de manipulação destas condições legitimada pelos arautos que representam a ciência e intelectualidade burguesas.

Por outro lado, a viabilidade dos pressupostos fundamentais desta teoria – que objetivam a correção das contradições do modo de produção para sua manutenção – está ameaçada na medida em que tais pressupostos são concretamente insustentáveis do ponto de vista da lógica societal do capital. Em essência, traduzem-se em mais formas de exploração da natureza e da força de trabalho para reafirmar esta forma de sociabilidade como a única possível e desqualificar qualquer questionamento sobre sua veracidade e aplicação prática como antiecológico, imoral e irresponsável.

A produção social do capital precisa se reinventar permanentemente criando novas formas de concepção e gerenciamento do trabalho, que por sua vez fornecem novos parâmetros de sociabilidade. Mesmo de forma fetichizada, o modelo produtivo proposto pela teoria da sustentabilidade traz a perspectiva de determinar uma base material diferente para a produção, circulação e consumo dos bens e serviços. Esta capacidade tecnológica atingida pela humanidade e fetichizada pela ciência burguesa encontra-se apropriada pelo capital, mas uma vez que é humana pode – e deve – ser reintegrada ao projeto de transição para a revolução social no interesse da totalidade.

#### **4. Considerações finais**

As crises sistêmicas também trazem novos momentos de enfrentamento entre as classes antagônicas e suas frações, explicitando a natureza dos acordos políticos, dos ajustes econômicos e, sobretudo, das ideologias que sustentam esta lógica paradoxal na materialidade. As possibilidades de lutas reivindicativas e combativas por parte do proletariado se ampliam nestas condições, o que não significa dizer que necessariamente serão vitoriosas.

O programa neoliberal alterou a relação de forças entre os representantes do capital e do trabalho desarticulando os movimentos sociais e a formação de uma consciência de classe combativa. A partir disso as lutas dos trabalhadores arrefeceram e permaneceram na defensiva enquanto os excedentes produzidos pelas altas taxas de exploração do capital sobre o trabalho foram destinados para a manutenção do fluxo do próprio capital concentrado na reprodução fictícia do capital financeiro e na automação das demais esferas econômicas.



Ao proclamar uma suposta abertura para a participação popular, o programa “social” neoliberal oculta um progressivo processo de criminalização dos movimentos sociais que ainda reivindicam direitos de classe e uma participação democrática autêntica – e, portanto, estão fora do “circuito legal” dos movimentos sociais domesticados – produzindo a ilusão da liberdade e da participação popular, como é típico das formas de democracia burguesa.

A tendência de reestruturação produtiva arquitetada a partir do campo burguês que busca reformar a sociabilidade capitalista acompanha este mesmo processo de reconfiguração das condições da luta de classes, atingindo a sociabilidade material e subjetivamente. Tal movimento tenta redimir a lógica da reprodução social do capital *à la* Terceira Via enfatizando a “face social” do neoliberalismo por meio da teoria organizacional da sustentabilidade.

Esta tendência esboça um novo movimento de reestruturação produtiva na medida em que as consequências das crises sistêmicas, o aprofundamento dos antagonismos estruturais e o esgotamento dos recursos orgânicos para a reprodução social do fluxo do capital trazem à tona – talvez de maneira mais evidente que qualquer outro tempo histórico – a incapacidade desta ordem societal continuar *ad eternum*. Entretanto, a teoria da sustentabilidade demonstra-se insustentável já que não ultrapassa os limites vitais à reprodução social do capital, de modo que se constitui em mais uma edição – ou um suspiro – do processo de democratização burguês no sentido de Lukács (2011).

## 5. Referências

ACCIOLY, I. *O capital e a sua consciência do ambiente*. Disponível em: <<http://www.resistir.info>>. Acesso em: ago. de 2013.

ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ARARIPE, S. *Sustentabilidade*. Revista Conjuntura Econômica. Fundação Getúlio Vargas. Outubro, 2009, vol. 63, nº 10. p. 36-56.

BAKAN, J. *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BATISTA, E. *A insustentável teoria da sustentabilidade. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social*. Tese. (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2013.

\_\_\_\_\_. *A ideologia organizacional da sustentabilidade e o desenvolvimento (in)sustentável: considerações para uma ética ecológica materialista*. In: Seminário 90 anos de movimento comunista no Brasil, 2012, Marília. Anais do Seminário 90 anos de movimento comunista no Brasil, 2012. v. 1.

\_\_\_\_\_. *A fantástica fábrica de dinheiro na trilha do empowerment: o discurso gerencial do Banco do Brasil*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília: 2007.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOITO JR, A. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina*. Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. 2010.

\_\_\_\_\_. O Brasil e o novo desenvolvimentismo. *Interesse Nacional*, Abril/Junho 2011: 76-85.

BRITO, C. *Sustentabilidade como parte do negócio*. Folha de São Paulo. Opinião. São Paulo, 4 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: jun. de 2010.

CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. Textos para discussão. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, nº 200, janeiro de 2012.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA EAESP (GVces). *Programas*. Disponível em: <<http://ces.fgvsp.br>>. Acesso em: nov. de 2011.

CEPÊDA, V. A. *Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico*. *Estudos avançados*. 2012, vol.26, n.75, p. 77-90.

CHESNAIS, F. *O capital produtor de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: \_\_. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_; SERFATI, C. *“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas*. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 16. São Paulo: Boitempo, março - 2003, 40p.

CLUB OF ROME. *About the Club of Rome*. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org>>. Acesso em: dez. 2011.

CORSI, F. L. *A crise estrutural do capitalismo*. Aurora - Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp/ Marília, Ano V, nº7, p. 12-19, 2011.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre desenvolvimento e ecologia*. In: SIMONETTI, M. C. L. (org) **A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos** organizadora. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011b.

COSTA, E. *A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores*. Novos Temas, Revista de debate e cultura marxista nº 1. Salvador: Quarteto; São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, Março a setembro de 2009, p.133-150.

DALY, H. E. *A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: SA-PTA, 1991.

ECOSOCIALIST INTERNACIONAL WORK. Disponível em: <<http://ecosocialistnetwork.org>>. Acesso em: mai. de 2012.

ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. Os três pilares da sustentabilidade. São Paulo: Editora Makron, 2001.

FAYOL, H. *Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*. São Paulo: Atlas, 1965.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

FORD, H. *Os princípios da prosperidade*. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx*. Marxismo e natureza. São Paulo: Civilização Brasileira: 2011.

FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, R. *Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 112, p. 637-671, out./dez. São Paulo: Editora Cortes, 2012., 2012.

HANNIGAN, J. *Environmental sociology*. London; New York: Routledge, 2006.

HARVEY, D. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. *Protocolo de Quioto*. Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br>>. Acesso em: mar. de 2012.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL \_\_\_\_\_ . *Lista de associados*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jun. de 2012a.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL \_\_\_\_\_ . *Plataforma de*

*economia inclusiva, verde e responsável*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: fev. de 2012b.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL  
\_\_\_\_\_. *A contribuição das empresas para a Rio+20*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jul. de 2012c.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL  
\_\_\_\_\_. *O Instituto Ethos*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: jan. de 2012d.

ITAÚ-UNIBANCO. *Itaú Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://ww2.itaub.com.br/sustentabilidade>>. Acesso em: out. de 2011a.

KOVEL, J.; LÖWY, M. *Manifesto ecossocialista internacional*. In: LÖWY, M. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LÖWY, M. \_\_\_\_\_. Entrevista: Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, nº 180, mar/2012.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. *Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1998.

LÖWY, M. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

LUKÁCS, G. *Il problema dell'ideologia*. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Vozes, 1984.

MARTINS, A. S. *A direita para o social*. *A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARTINS, R. *O debate internacional sobre desenvolvimento sustentável: aspectos e possibilidades*. *Anais do II Encontro da ANPPAS*. São Paulo, Indaiatuba, 2004, 16p.

MARX, K. *O Capital*. *Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAY, P. (org.) *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010.

MAYO, G. E. *The social problems of industrial civilization*. Boston: Division of Research Graduate School of Business Administration, Harvard University, 1945.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Agenda 21 brasileira: ações prioritárias/ Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. Brasília: 2004.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

O'CONNOR, J. *Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction*. In: CNS, 1, Fall, 1988, pp. 11-23.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta da terra*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: abr. de 2012

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). *A estratégia e a tática do PCB*. Disponível em: <<http://pcb.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL). *Programa do PSOL*. Disponível em: <<http://psol50.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS (PSTU). *O Brasil precisa de uma segunda independência*. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>. Acesso em: mai. de 2012.

PLIHON, D. *Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano*. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*. Anuais: 2004-2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: dez. 2011a.

ROMEIRO, A. R. *Economia ou economia política da sustentabilidade*. Campinas, IE/UNICAMP, n. 102, set, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/>>. Acesso em: ago. de 2011.

TAYLOR, F.W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1980.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Laboratório de Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://lassu.usp.br>>. Acesso em dez. de 2011.

VALE. *Projetos*. “Corredor Nacala”. Disponível em: <<http://www.vale.com>>. Acesso em: abr. de 2012a.

\_\_\_\_\_. *Sustentabilidade*. Vídeo Institucional “Catalisador de desenvolvimento local: Moçambique. Reassentamento”. Disponível em: <<http://www.vale.com>>. Acesso em: abr. de 2012b.

VEIGA, J. E. *Mundo em Transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.